

Coluna Bastidores do Poder - TV sem internet para a Câmara não dá!

Por Jornal Folha

Vereador de São Bernardo quer definir o que pode ou não ser falado na sala de aula

O vereador de São Bernardo Luiz Henrique Watanabe (PRTB) quer mudar o conceito de escola como um espaço para propagação de ideias e de conhecimento. O parlamentar de direita, que integra a base aliada do prefeito Marcelo Lima (Podemos), protocolou projeto de lei intitulado “Meus Filhos, Minhas Regras”, que, na prática, tem o objetivo de calar professores e funcionários das unidades de ensino públicas e privadas do município. Pela proposta do político, que, ao que consta, nunca foi professor (é dono de construtora, mas esconde a informação), os trabalhadores das escolas vão precisar seguir as orientações (ele não explica de quem) para “garantir a neutralidade no ensino em questões sócio-políticas”.

‘Cooptação de alunos’

Em outro artigo do projeto, Watanabe propõe que a Prefeitura proíba “qualquer forma de doutrinação política ou ideológica”. E também determina, no texto, que os professores se abstenham da prática de “cooptar alunos”. A questão é: de que escolas o vereador está falando quando apresenta o projeto que, na prática, tem um ar de denúncia? Acho que ele esqueceu que, nos últimos oito anos, a cidade foi governada por Orlando Morando (sem partido), um antigo aliado e de quem participou ativamente do governo. Agora restar saber o que pensa o atual secretário de Educação, Júlio César da Costa, que liderou uma guinada no ensino de Sobral (CE) e que sempre disse que os professores precisam ser escutados. Enquanto isso, nenhuma notícia de que Watanabe esteja cumprindo um de suas principais funções, que é de fiscalizar os gastos da Prefeitura. Vai entender...

Só vira servidor de São Bernardo se o exame toxicológico der negativo

Ainda em São Bernardo, a vereadora Nina Braga (PL) protocolou um projeto de lei que, ainda que não abertamente, causou polêmica nos corredores. Ela quer que, a partir da aprovação de seu texto, todos os candidatos a cargos públicos efetivos,

em comissão e mandatos eletivos do município (entenda-se prefeito, vice-prefeito e vereadores) sejam submetidos a exame toxicológico, para detecção de substâncias entorpecentes ilícitas, para ser nomeado ou assumir o cargo eletivo. O custo seria do próprio candidato à vaga (ou político, no caso). Em caso positivo, seria impedido de assumir a função. Segundo ela, o projeto nem poderia ser considerado inconstitucional porque não cria cargos e, portanto, não onera os cofres públicos. A conferir como será o andamento do projeto na Câmara. E, principalmente, quando chegar para votação no plenário. Se chegar.

TV sem internet para a Câmara não dá!

Presidida pelo vereador Doutor Seraphim (PL), a Câmara de São Caetano realizou a contratação da empresa SSD Comércio e Serviços, por dispensa de licitação, para o fornecimento de dois aparelhos de TV smart (com acesso à internet), e seus respectivos suportes para instalação. Para isso, o Legislativo assinou um cheque de R\$ 12,2 mil. Nesse caso, ficam dois questionamentos: Não havia nenhuma outra empresa que poderia fornecer as TVs por um preço melhor, e pelo formato de licitação? E não valeria a pena ter dado um pulo na Casas Bahia, que foi fundada no município, para pechinchar o melhor preço? Sobre a necessidade de ser smart, acho que fica claro: não dá para ficar sem o acesso ao bom Netflix, né?

<https://folhajournal.com.br/news/b717dc31-1063-458b-a4fb-3cbd114ab218>

Veículo: Online -> Site -> Site Folha Jornal

Seção: Política